

ARTIGO

MOMENTO SHAKESPEAREANO DA ESCRITA DA HISTÓRIA *O Hamlet negro, de C. L. R. James*

JULIANO LIMA SCHUALTZ

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brasil

juschualtz@gmail.com

orcid.org/0000-0002-2627-5446

Este texto examina a reescrita de *Os jacobinos negros*, de C. L. R. James, comparando as edições de 1938 e de 1963. Partindo do diagnóstico narrativo de David Scott, em diálogo com a teoria do texto historiográfico de Hayden White, argumenta-se que houve uma mudança do enredo romanesco para o trágico, associada à reconfiguração do horizonte histórico. O texto propõe que tal mudança pode ser compreendida como um “momento shakespeareano”, nos termos de Eduardo Rinesi, em que a dialética e a tragédia se entrelaçam. A partir dessa chave interpretativa, mobiliza-se a interlocução entre James e *Hamlet*, de William Shakespeare, para reler os acréscimos de 1963 e o capítulo final da obra. Sustenta-se que a figura de Toussaint L'Ouverture é reconfigurada como um agente trágico situado em um “tempo fora dos eixos”, no qual a tensão entre a República e o sistema de plantação redefine os objetivos da Revolução Haitiana. O ensaio demonstra que a leitura scottiana, embora decisiva, encobre uma tensão não explorada entre tragédia e dialética, cujo traço se manifesta nos elementos hamletianos da reconstrução de Toussaint e na função política do coro dos escravizados.

*C. L. R. James; William Shakespeare;
Dialética; Tragédia; Narrativa*

ARTICLE

THE SHAKESPEAREAN MOMENT IN THE WRITING OF HISTORY

The Black Hamlet of C. L. R. James

JULIANO LIMA SCHUALTZ

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brazil
juschualtz@gmail.com
orcid.org/0000-0002-2627-5446

This essay examines the rewriting of C. L. R. James's *The Black Jacobins*, comparing the 1938 edition with its 1963 revision. Drawing on David Scott's narrative diagnosis, in dialogue with Hayden White's theory of historical narrative, it argues that there is an inflection from romantic to tragic emplotment, associated with a reconfiguration of the historical horizon. The essay proposes that this inflection can be understood as a "Shakespearean moment", in Eduardo Rinesi's terms, in which dialectic and tragedy are intertwined. From this framework, James's engagement with* Hamlet is mobilized to reread the 1963 additions and the final chapter of the work. It is argued that the figure of Toussaint L'Ouverture is reconfigured as a tragic agent situated in a "time out of joint," in which the tension between the Republic and the plantation system redefines the horizons of the Haitian Revolution. In doing so, the article demonstrates that Scott's reading conceals an unexplored tension between tragedy and dialectic, whose traces manifest in the Hamletian elements of Toussaint's reconstruction and in the political function of the chorus of the enslaved.

*C. L. R. James; William Shakespeare;
Dialectics; Tragedy; Narrative*

Gostaria de deixar meus agradecimentos aos pareceristas; suas leituras, sugestões e críticas foram fundamentais para o resultado final do texto. Também à editora, pela paciência e pelos apontamentos finais.

INTRODUÇÃO

Palavras, palavras, palavras
[Shakespeare 2015, 205]

Entre os comentadores da obra do historiador afro-caribenho C. L. R. James (1901-1989), o lugar da tragédia é central, ao menos no que diz respeito ao seu livro *Os jacobinos negros* (James 2010 [1938]), que narra a Revolução Haitiana (1791-1804), a única revolução de escravizados bem-sucedida da história moderna. A obra tem como figura central Toussaint L'Ouverture, líder que conduziu os escravizados de São Domingos à independência diante das potências coloniais francesas, britânicas e espanholas. James analisa o movimento à luz do pensamento marxista, argumentando que os escravizados negros foram agentes revolucionários tão radicais quanto o proletariado europeu. No contexto brasileiro, Jacob Gorender (2004) destacou o caráter heroico da revolução. O trágico, por sua vez, reside na transformação da luta pela liberdade em uma bifurcação de caminhos. No mesmo ano, David Scott (2004) publicou *Conscripts of Modernity: The Tragedy of Colonial Enlightenment*, estudo sobre *Os jacobinos negros* influenciado por Hayden White (2019 [1973]), que prioriza dois contextos discursivos: 1938, ano da publicação, e 1963, quando o livro recebeu seis novos parágrafos na última parte – intitulada *A guerra da independência* – e o apêndice *De Toussaint L'Ouverture a Fidel Castro*.¹

Em 1938, o enredo romanesco predominava no texto, em diálogo com as lutas pan-africanistas, anticapitalistas e socialistas na Inglaterra – época em que a revolução parecia iminente e o futuro pós-colonial era projetado com esperança. Nesse contexto, James buscou inspiração em Jules Michelet e em sua *História da Revolução Francesa*, publicada entre 1846 e 1853, e na *História da Revolução Russa* (1930), de Leon Trotsky. Para Scott, ambos exercem sobre James uma influência romanesca: em Michelet, o povo figura como personagem heroico da revolução; em Trotsky, as massas desempenham esse papel. No texto jamesiano, são os escravizados, sob a liderança de Toussaint, que compõem o tom heroico da narrativa, representando a luta entre liberdade e escravidão. Em suma, o enredo romanesco pressupõe a vitória sobre as adversidades (White 2019).

Já nos anos 1960, na esteira da Conferência de Bandung (1955) e do pós-guerra, o futuro pós-colonial deixara de ser um horizonte utópico para se tornar realidade em países recém-independentes. Esse cenário – o momento histórico das independências políticas de antigas colônias africanas, asiáticas e caribenhas, sem que isso implicasse a superação das estruturas coloniais ou das dinâmicas do capitalismo global – fez com que os horizontes já não correspondessem ao enredo romanesco da década de 1930. Na leitura de Scott (2004), *Os jacobinos negros* passou então a ser reelaborado sob a chave da tragédia: Toussaint é deslocado de um herói triunfante para um personagem trágico.

¹ A edição brasileira revisada de 2010, publicada pela Boitempo, inclui os capítulos 1 a 13, publicados inicialmente em 1938, acrescidos do apêndice “De Toussaint L'Ouverture a Fidel Castro” e de oito novos parágrafos, na parte intitulada *A guerra da independência* (pp. 264-266). A edição de 2010 não indica que os parágrafos analisados foram incluídos posteriormente, em 1963. Tratando-se do capítulo mais analisado do livro, os trabalhos no Brasil acabaram lendo os acréscimos como se fossem publicados no original de 1938. Os novos parágrafos incluídos só foram retomados por Scott (2004).

Para Scott (2004), a mudança do enredo apoia-se na metodologia do “espaço-problema”, que busca compreender como certos textos foram formados pelas condições históricas de seu tempo – e como as expectativas de futuro que os animavam foram reconfiguradas pelas transformações subsequentes. Assim, *Os jacobinos negros* “é uma história anticolonial [...] escrita a partir de e em resposta a um presente colonial específico e projetada para um futuro pós-colonial específico” (Scott 2004, 45). Scott tornou canônica, na literatura anglófona, a divisão do texto jamesiano. Por exemplo, Jeremy Glick (2016) menciona a cisão, mas defende a autonomia do trágico na primeira versão.² Rachel Douglas (2019) explora a reescrita do texto e da peça *Toussaint L'Ouverture: The Story of the Only Successful Slave Revolt in History* (1934). A peça apresenta o “bastidor cênico” (Schultz 2025) do texto.

Embora Scott (2004) tenha indicado a importância de Hamlet para a refiguração de Toussaint, concentrou-se no *caráter autorreflexivo* do líder, fresta que o conceito de *momento shakespeariano* (Rinesi 2009) permite explorar. Trata-se de uma categoria que serve para abordar períodos históricos em que o conflito convive com a incapacidade de decisão e demarca uma tradição intelectual, com sensibilidade trágica, para ler politicamente o tempo e temporalmente a política. Tradição que também é formada pela dialética, ausente na leitura scottiana. Veremos que, entre 1938 e 1963, James escreveu sobre a dialética e a tragédia. O ensaio partilha do estudo de Scott (2004), mas vai além ao adotar o conceito de *momento shakespeariano* e propor novos eixos hamletianos, como *o atraso, o silêncio e o sacrifício*, elaborados ao lado de textos sobre Shakespeare aos quais James teve acesso. Examina também o papel do coro dos escravizados no enredo que apresentará o *momento dialético da tragédia* – avanços que incidem sobre a representação da Revolução Haitiana, conforme James assinalaria em suas conferências de 1971.³

MOMENTO SHAKESPEAREANO: DIALÉTICA E TRAGÉDIA

Para Eduardo Rinesi (2009), a filosofia política moderna constitui o limite normativo do pensamento trágico. Tanto o personagem do príncipe, em *O Príncipe* (1532), de Maquiavel, quanto o Estado soberano, em *Leviatã* (1651), de Hobbes, são figuras voltadas ao ordenamento dos dissensos que desestabilizam o campo social. O momento maquiaveliano e o hobbesiano sintetizam-se no seguinte desejo: “A filosofia levanta-se, pois, *contra a tragédia*, porque se levanta contra o conflito” (Rinesi 2009, 19 [grifos do autor]). *O Príncipe*, de Maquiavel, enfrenta a tragédia da ação: por mais que seu ideal seja neutralizar o dissenso, sempre haverá algo de ingovernável na política e na história. A *fortuna* (contingência) é mais forte do que a *virtù* (ação). Ainda assim, Maquiavel encara o conflito como propulsor da política, elaborando sua infante “pedagogia”. Em Hobbes, por outro lado, o conflito é um mal a ser evitado. O ingovernável é transformado na ficção do estado de natureza – *a guerra de todos contra todos*; surge o contrato social como um tratamento para esse estado trágico. Hobbes é o antagonista de Maquiavel: do litígio não se deve extrair lições para a política, mas sim eliminar qualquer continuidade. Assim, o momento maquiaveliano é “associado à celebração do conflito e da abertura da história” e

² No contexto brasileiro, ver: Alexandre Almeida Marcussi (2018) e Erik Borda (2021).

³ Conferir C.L.R. James (2000). A menção aos novos parágrafos está nessas conferências.

o momento hobbesiano é “associado à preferência pela estabilidade e pela busca dos modos de enquadrar a inevitável desordem das coisas” (Rinesi 2009, 215).

Rinesi utiliza a peça *Hamlet* (1623), situada entre *O Príncipe* e o *Leviatã*, para propor o *momento shakespeariano* do pensamento político. Hamlet é herdeiro da virtude diante da fortuna; no entanto, sua melancolia reserva à ação um lugar opaco. Hamlet não sofre apenas com a tragédia da ação, mas também com a tragédia dos valores, encontrando-se entre “dois sistemas morais diferentes e antagônicos, entre os quais o herói não consegue se decidir” (Rinesi 2009, 71). Ao contrário do príncipe maquiaveliano, para quem agir é imperativo, o príncipe shakespeariano sofre com o excesso de prudência, excesso que o conduz à morte na cena final, quando Hamlet e Laertes se enfrentam em um duelo de espadas e a lâmina envenenada consome a vingança. O castelo de Elsinor torna-se, então, palco de uma *guerra de todos contra todos*, e é sobre esse vazio que se erguerá a ficção do Leviatã. É com a entrada de Fortimbrás, ao final da peça, que a política se anuncia: “E recolham os corpos, pois esta visão / Se ela cabe às batalhas, aqui dá aversão. / Vai, peça aos soldados que atirem” (Shakespeare 2015, 194). A política inaugura-se com a retirada dos corpos (Grüner 2002), deslocando os mortos; Fortimbrás carrega “o campo da política regrada, da ‘política institucional’, da política moderna” (Rinesi 2009, 91).

Portanto, o momento shakespeariano “pode nos servir (‘diacronicamente’) para designar *uma certa tradição de pensamento, uma certa inspiração teórica* que desde seu impulso original sobrevive persistentemente” (Rinesi 2009, 233 [grifos do autor]). É nesse momento que entra a dialética; seu principal problema é o mesmo da tragédia: o conflito, “ainda que as estratégias de uma e outra para lidar com ele sejam contrapostas, e por isso tragédia e dialética não cessaram de dialogar ao longo da história” (Rinesi 2009, 233). Na dialética, o conflito é compreendido como negatividade racionalizada que busca sua contínua superação. Em termos hegelianos, trata-se da supressão (*Aufhebung*): o conflito pode ser ultrapassado. Na tragédia, não há supressão: “A tragédia é assim um *momento* do pensamento dialético; a dialética, um *momento* do pensamento trágico” e “a dialética é, poderíamos dizer, a tragédia mais um ‘mas’” (Rinesi 2009, 234-235 [grifos do autor]).

Nos anos que antecederam a reescrita de *Os jacobinos negros*, James se encontrava entre a esperança revolucionária da dialética e a consciência melancólica da tragédia. Diferentemente do jovem que chegara à Inglaterra nos anos 1930, em 1963 James era um intelectual reconhecido e um ativista experiente. O cenário global havia se transformado: Trotsky, seu antigo aliado, fora assassinado; Stalin estava morto e a memória do Holocausto assombrava a humanidade. Paralelamente, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ganhava força. Nesse contexto, o horizonte utópico formativo da versão de 1938 do texto já não podia ser sustentado do mesmo modo. A esperança pan-africanista e os projetos de libertação nacional, impulsionados pelas lutas pós-Bandung,⁴ reorientaram a luta política em torno da construção da identidade nacional, marcada mais por incertezas do que por triunfos (Scott 2004).

⁴ Realizada em abril de 1955 na Indonésia, a Conferência de Bandung reuniu 29 países africanos e asiáticos para articular uma posição comum frente às superpotências da Guerra Fria, afirmando a autodeterminação e a não-intervenção. Do encontro emergiu o esboço do Movimento dos Não Alinhados, tornando Bandung um marco da solidariedade Sul-Sul e das lutas anticoloniais do século XX.

Ao final de 1938, responsável por uma série de conferências organizadas pelo *Socialist Workers Party* (SWP) a pedido de Leon Trotsky, então exilado no México, James partiu para os Estados Unidos, onde permaneceu até 1953, quando foi deportado em meio à repressão anticomunista do macarthismo. James já atuava, desde 1938, como um dos fundadores da IV Internacional. Nos EUA, sua trajetória se inscreveu em um ambiente intelectual marcado por deslocamentos: como observa Enzo Traverso (2012), o país se tornou um ponto de convergência entre o exílio judaico europeu e o Atlântico negro. Durante a década de 1940, James distanciou-se do SWP e, em 1945, fundou ao lado de Raya Dunayevskaya, a *Johnson-Forest Tendency*. Mais do que uma cisão partidária, foi um coletivo de estudos cujo ponto central era a reapropriação da tradição hegeliana para reformular o marxismo diante das transformações do capitalismo no contexto norte-americano e das limitações do socialismo soviético (Montañez Pico 2018).

A tradução dos *Cadernos Filosóficos* (1914-1916) de Lênin, feita por Dunayevskaya em 1941, foi decisiva para que a *Johnson-Forest Tendency* reconhecesse a centralidade de Hegel no pensamento marxista. Para James, a *Ciência da Lógica* oferecia uma chave para compreender o movimento histórico e identificar as contradições reais da conjuntura e, a partir delas, formular o que ele chamava de “novos universais” – categorias capazes de capturar a espontaneidade das massas sem submetê-la a esquemas partidários rígidos. O passo era menos copiar as ideias de Lênin do que reproduzir seu método: assim como Lênin soube reconhecer, nos soviets, a forma concreta da revolução de seu tempo, caberia aos marxistas da sua geração identificar as formas organizativas emergentes do proletariado. O resultado do esforço coletivo foi *State Capitalism and World Revolution* (1950), síntese das reformulações teóricas e políticas da tendência – e expressão de um marxismo que, diante da hegemonia crescente dos Estados Unidos, buscava renovar seus instrumentos de análise (Montañez Pico 2018).

No mesmo ano da publicação de *Dialética do Esclarecimento* (1947), de Horkheimer e Adorno, James lançou *Dialectical Materialism and the Fate of Humanity*. Nesse momento, a dialética – compreendida como princípio de movimento e transformação – foi ressignificada como instrumento crítico diante das catástrofes do século XX. Para Enzo Traverso (2018), *Os jacobinos negros* e *Dialética do Esclarecimento* são obras que tematizam, cada uma a seu modo, o itinerário autodestrutivo da razão iluminista: enquanto Horkheimer e Adorno o faziam a partir da experiência do antissemitismo e do Holocausto, James o fazia a partir das estruturas coloniais e da luta negra por emancipação. O que torna esse paralelo ainda mais significativo é a ausência de uma elaboração histórico-filosófica conjunta entre essas duas tradições, apesar da convergência de seus diagnósticos sobre a modernidade.

Uma passagem do ensaio de James sobre a dialética é suficiente:

O intelectual moderno, ao romper com as concepções burguesas, encontra diante de si um vasto mundo de ideias. Mas ele só pode perseguir e apresentar essas ideias em sua essência interior, tendo em mente a inevitável universalidade do proletariado revolucionário. Sem isso, não há dialética, e sem dialética, o pensamento logo se afunda na desintegração caótica do mundo moderno (James 1992 [1947], 181).

Na década de 1940, um horizonte estava em risco – aquele em que a integralidade dos processos sociais servia de chave para a análise. A perda dessa integralidade na crítica marxista intensificou-se com a ascensão da sociedade de massas e a consequente desintegração da experiência coletiva. A dialética era o instrumento capaz de restituir inteligibilidade a um mundo em crise. James observou que “mais produção” não significava “mais liberdade” para o proletariado, mas “mais formas” de sujeição – evidenciando a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção como o nó central do destino da humanidade. Nos anos 1940, James estava atento ao papel da dialética para repensar o texto marxiano diante da realidade americana; ao longo dos anos 1950, a tragédia tornou-se sua outra grande preocupação.

A transição da dialética à tragédia não é abrupta. Se James tinha uma visão marxista da política, ele possuía uma perspectiva aristotélica da estética. No texto *Preface to Criticism*:

É na sua relação com o público popular que a crítica moderna encontrará o início da integração da massa crescente de conhecimento acumulado. Contudo, é tarefa nada fácil, para nós neste século, compreender a relação entre o público e a obra, relação que era tão simples e natural para o público e o crítico gregos, ou para Shakespeare e seu público elisabetano (James 1992 [1955], 258).

Em Shakespeare, James viu uma relação de equivalência entre “cultura popular” e “alta cultura”, já que o dramaturgo viveu antes dessa divisão. Dimensão já explorada em *Letters to Literary Critics*: “Metade do crédito por suas peças deve ser dado àquelas pessoas que permitiram que o gênio de Shakespeare florescesse e se desenvolvesse por meio de sua apreciação constante” (James 1992 [1953a], 222), e “a maioria deles [do público] era composta de trabalhadores e aprendizes de Londres; e o sucesso ou fracasso de Shakespeare dependia deles. Pagavam seus centavos e vinham assistir. Amavam o drama” (James 1992 [1953a], 222). Parte do sincretismo shakespeariano compõe a perspectiva de James de uma crítica literária situada, atenta tanto à estrutura interna do texto quanto à sua inserção na totalidade social. Seu retorno a Aristóteles, no texto de 1955, ao enfatizar que ele era “o primeiro e ainda o maior dos críticos literários” (James 1992 [1955], 256), constitui uma reivindicação contra a crítica de seu contexto, que havia perdido o senso sistemático e negligenciado o público como elemento constitutivo da forma artística. É aí que reside seu interesse central pela tragédia: nela, política e estética se articulam pela mediação do público – o proletariado, as massas negras, o coro – para a rearticulação da crítica. Mas James não era o único a retornar ao pensamento trágico no contexto do pós-guerra.

Diversos intelectuais, entre as décadas de 1950 e 1960, abordaram a tragédia. George Steiner (1961), em *A morte da tragédia*, anunciou a derrocada da tragédia ao referir-se ao fim da forma helênica. Péter Szondi (1961), em *Ensaio sobre o trágico*, preocupou-se com o conteúdo do trágico na modernidade. Raymond Williams (1966), em *Tragédia moderna*, recusou o obituário conservador da tragédia, fundamentando sua análise na revolução moderna. Karl Jaspers (1958), em *O trágico*, defendeu que o trágico consiste no confronto inevitável da existência humana com situações-limite. Carl Schmitt (1958), em *Hamlet ou Hécuba*, desenvolveu a ideia sobre intrusão do tempo para pensar a política e a figura do jurista. Hannah Arendt (1963), em *Sobre a revolução*, aproximou-se do trágico ao examinar as revoluções modernas. Jan Kott (1961), em *Shakespeare, nosso contemporâneo*, analisou a atualidade de Shakespeare no pós-guerra. Aimé

Césaire (1963), escreveu sua peça *A tragédia do rei Christophe* abordando os dilemas da independência e da transição. Eduardo Grüner, sobre o retorno do trágico no século XX: “O trágico é, justamente, o que excede a capacidade de simbolização discursiva, mas ao mesmo tempo a determina, em um choque perpétuo e irreconciliável entre o discurso e algo da ordem do real” (2002, 310, [tradução nossa]). Várias questões são alinhavadas pela tragédia: a experiência radical da perda, a violência e o sacrifício nos campos de concentração ou em regimes de terror racial, os impasses políticos em momentos de transição, as formas coletivas de sofrimento, os limites da ação humana e a linguagem diante de seus limites.

Elementos que não passaram despercebidos por James. Em *Notes on Hamlet* (1953b), destacam-se dois pontos: a postura de Hamlet em uma fase de transição entre diferentes modelos sociais e sua condição de intelectual. Ademais, as “grandes tragédias lidam [...] com a questão do confronto entre duas ideias de sociedade [...] as duas sociedades se confrontam dentro da mente de uma única pessoa” (James 1992 [1953b], 243). Essa temporalidade de confronto retoma a figura do intelectual moderno:

Mas, desde o início, ela era inseparável de uma tensão entre a liberdade individual e a responsabilidade social. Na medida em que qualquer homem moderno pensava, ele era sujeito a essa tensão. E em nenhum lugar essa tensão foi maior do que no homem para quem a liberdade de pensamento e de especulação se tornou uma função especializada: o intelectual (James 1992 [1953b], 244).

Para o historiador: “Hamlet é o precursor, na personalidade humana, da supremacia da razão, do racionalismo – e a essência do racionalismo é a comunicação de ideias” (James 1992 [1953b], 244-245). Assim, o uso da palavra por Hamlet não é retórico, como em Polônio: é um meio de fazer circular socialmente as ideias e, ao mesmo tempo, de dramatizar o conflito interno de um sujeito cindido. Nesse sentido, o egocentrismo de Hamlet, o fato de falar consigo mesmo e hesitar diante da ação, não é apenas melancolia, mas uma forma de reflexão sobre si mesmo: “Sr. Madariaga fala do egotismo de Hamlet como se fosse algo repreensível; seria no século XX. No século XVII, era revolucionário. Hamlet questionava tudo” (James 1992 [1953b], 244). Elementos que vão aparecer na reformulação de Toussaint, que encarna o conflito entre modelos sociais antagônicos – República e plantação – e a tensão entre pensamento e ação.

Essas mesmas perspectivas estão delineadas em *Preface to Criticism*, no qual as tragédias de Shakespeare são descritas nos seguintes termos:

É devido à nossa preocupação com o caráter individual e ao afastamento de nós de uma preocupação orgânica com o destino do Estado que não notamos que, nas grandes tragédias, Shakespeare, em sua primeira cena, às vezes na primeira frase, sempre nos apresenta uma crise no Estado. É assim em Júlio César, em Hamlet e em Lear (James 1992 [1955], 260).

Perspectiva que encontra ressonância em A. C. Bradley, que, em *A Tragédia Shakespeariana*, afirma que “o destino do herói trágico afeta o bem-estar de toda uma nação ou império” (Bradley 2009 [1904], 7), pois “o mundo trágico é um mundo de ação, e ação é a tradução do pensamento em realidade” (Bradley 2009 [1904], 19). Ação que funde o palco dramático e o palco histórico: “É sempre a mesma semana dos mortos que continua. A mesma noite, em que o poder muda de mãos” (Kott 2003 [1961], 38). O trágico shakespeareano não se limita à interioridade dos personagens, mas também reflete uma estrutura histórica de ascensão e queda. A interpretação de Bradley e Kott corrobora a análise de James de que o caráter individual é testado pela crise do Estado. Em Hamlet, não há redenção para a crise do tempo histórico: “O tempo está disjuncto. Oh, despeito imundo / Que para endireitá-lo eu tenha vindo ao mundo!” (Shakespeare 2015, 82). A presença de Hamlet e do pensamento dialético é central para a refiguração de Toussaint, pois a tragédia apresenta cenas em que o conflito não é superado e a dialética o enuncia sob outras formas. Por fim, o tempo trágico não é progressivo, mas acumulativo, exercendo uma força de repetição (Kott 2003), de aparição e de mediação (Glick 2016). Conforme James (1992 [1953b], 243) escreveu, “Shakespeare encontrou a si mesmo em Hamlet” – reescrevo: *James encontrou a si mesmo em Toussaint*, personagem que tentou colocar nos eixos a principal aporia da modernidade: a luta entre escravidão e liberdade, entre esclarecimento e política.

TOUSSAINT: O HAMLET NEGRO

Nos novos parágrafos que abrem o capítulo final do livro, James reformula com precisão o dilema de Toussaint – preservar o sistema de plantação e os acordos com a França e, paradoxalmente, lutar em nome da liberdade do povo haitiano:

A derrota de Toussaint na guerra da independência e sua prisão e morte na Europa são considerados universalmente uma tragédia. Elas encerram os elementos autênticos de uma tragédia na qual, mesmo no auge da guerra, Toussaint lutava para manter a conexão francesa como uma necessidade ao Haiti em seu longo e difícil ascenso à civilização (James 2010, 264).

James enuncia a queda do herói, mas há uma explicação no capítulo anterior: “O fracasso de Toussaint foi devido ao seu esclarecimento e não à obscuridade” (James 2010, 263). Semelhante ao Édipo de Michel Foucault (2014), a cegueira de Toussaint decorre do excesso de saber. Desde a primeira versão do texto, a construção de Toussaint como intelectual negro e moderno é central. Esse é o ponto que James busca rearticular: o esclarecimento não forneceu a saída desejada para a Revolução Haitiana, mas foi parte da sua tragédia (Scott 2004) essencialmente hamletiana; o personagem apresenta a dualidade entre pensamento e ação, presente na passagem: “havia em meu peito uma espécie de embate” (Shakespeare 2015, 181). O embate que excede as capacidades de Toussaint e que produz a sua desmedida é político:

Se estava convencido de que São Domingos decairia sem as vantagens da conexão francesa, também estava certo de que a escravidão jamais poderia ser restaurada. Entre essas duas certezas, ele, em quem a visão penetrante e a decisão rápida passaram a ser uma segunda natureza, tornar-se-ia a personificação do vacilo. Foi a fidelidade à Revolução Francesa e a tudo que ela possibilitou, para a humanidade em geral e para o povo de São Domingos em particular, que o tornou no que ele era. Mas isso acabou por arruiná-lo no final (James 2010, 265).

James batiza a desmedida trágica do personagem de *personificação do vacilo* que surge por conta da “sua expectativa de obter mais do que a liberdade pura e simples tenha sido demais para a época” (James 2010, 265). Com esses trechos, deslocamos Toussaint de uma interpretação mais clássica da tragédia, saindo do que Steiner (2006) chamou de “metafísica do desespero” para o que Kott (2003) chamou de “grande mecanismo”: a tragédia da peripécia histórica. E assim, é possível examinar as ações ambivalentes do personagem e suas consequências:

A hamartia, a trágica imperfeição que construímos a partir de Aristóteles, em Toussaint não era uma fraqueza moral. Era um erro específico, um total desacerto dos eventos constituintes. Todavia, o que foi perdido pela liberdade imaginativa e lógica criativa dos grandes dramaturgos é reparado, até certo ponto, pela atualidade histórica do seu dilema. Assim, seria um erro considerá-lo uma figura política numa remota ilha das Índias Ocidentais. Se a sua história não se parece com as maiores criações dramáticas, em seu significado social e no apelo humano ela excede em muito os últimos dias em Santa Helena e aquela apoteose de culminância e degradação que foi o suicídio em Wilhelmstrasse (James 2010, 266).

Hamartia consiste no erro trágico que desencadeia o sofrimento. O erro que evoca a ideia de transgressão é aberto pela própria ação. Uma vez que “o personagem trágico não pode se evadir de responsabilidade” (Steiner 2006 [1961], 72). O dilema trágico adquire um atributo de responsabilidade da ação diante da contingência desarmada de transcendência. Na passagem, as forças da contingência configuram o *desacerto dos eventos constituintes*, isto é, o tempo fora dos eixos que organiza a dupla questão: como garantir a liberdade numa ilha dependente da economia da plantação? Se preservar a plantação significava corromper a liberdade, como resolver um problema insolúvel? Para sustentar seu governo, Toussaint adotou medidas cada vez mais ambivalentes. A proibição da prática do vodu – forma de organização espiritual e de resistência coletiva dos escravizados durante as revoltas – já sinalizava a disposição para suprimir as bases culturais da insurreição. O julgamento e a execução do líder dos mulatos, Moïse, aprofundaram esse paradoxo: condenado “por ter tomado o partido dos negros contra os brancos” (James 2010, 255). Moïse foi eliminado justamente para que Toussaint centralizasse o poder e preservasse a conexão com a França; Toussaint golpeou os ideais negros que sustentavam sua própria legitimidade. Com o fuzilamento de Moïse, ele foi transformado na “alma da insurreição” (James 2010, 255); diversas revoltas negras se espalharam pela ilha contra o governo de Toussaint. É nesse movimento que a figura de Édipo se impõe: como o rei tebano, Toussaint encarna um poder que, ao tentar controlar o destino pela força do saber, converte-se progressivamente em tirania.

James descreve o espanto dos ex-escravizados diante das medidas de seu líder: “Eles não compreendiam por que motivo Toussaint os convocava para lutar contra aqueles brancos, quando toda a sua política havia sido de conciliação para com esses mesmos brancos” (James 2010, 270). Ainda: “Os franceses deram as boas-vindas aos oficiais e aos soldados de Toussaint e os trataram como camaradas. As massas só olhavam, confusas, espantadas, sem saber o que fazer” (James 2010, 272). Toussaint buscou a conciliação com a França, uma vez que “ninguém à sua volta, além dele, tinha tanta consciência da necessidade prática de resolver o problema do atraso social e das primitivas condições de vida” (James 2010, 264). Toussaint assume a sua tarefa prática que consistia em colocar São Domingos na trilha do “progresso”. James escreveu, numa ironia talvez inconsciente em relação a Hegel: “Mas nem mesmo Shakespeare poderia ter encontrado uma personificação tão dramática do destino como aquela contra a qual Toussaint lutou: Napoleão Bonaparte” (James 2010, 266). Para Hegel, o fim da história se encarnava em Napoleão – a figura que, a cavalo, havia atravessado Jena como o próprio espírito do mundo. Para James, no entanto, a possibilidade de um começo histórico não estava no general corso, mas ao lado de Toussaint e dos escravizados.

Toussaint sofre com a tragédia dos valores e da ação. A primeira está relacionada à fratura de um contexto com modelos incompatíveis; a segunda, à capacidade do personagem de agir diante da imprevisibilidade. O conteúdo trágico de *Os jacobinos negros* reside precisamente nas tentativas de Toussaint de encontrar saídas que suas próprias escolhas haviam bloqueado. Toussaint buscou, no aparato constitucional da Revolução Francesa e na linguagem do Iluminismo, uma solução para as condições coloniais. Foi essa fidelidade – à França, à Constituição, aos ideais do progresso – que se revelou sua grande fragilidade: ao apostar no reconhecimento da França como caminho para a liberdade, Toussaint subordinou a autonomia dos escravizados às mesmas estruturas que a negavam.

Na poética jamesiana, as capacidades do personagem são insuficientes para superar as adversidades. Seguindo Martha Nussbaum (2009), é possível chamar a insuficiência de fragilidade diante da fortuna. Reconhecer a fragilidade permite cultivar ações mesmo diante da peripécia. Essa condição evidencia a vulnerabilidade do herói, que não consegue conter a ruína: suas decisões morais resultam em ações irreversíveis. Os personagens trágicos “são educados pela calamidade e atingem seu desempenho na morte” (Steiner 2006 [1961], 96-97). É nessa fragilidade que reside uma das passagens mais enigmáticas em James: “Ele mostrava-se ousado e incansável como sempre, mas a sua política ainda estava atrasada em relação aos acontecimentos” (James 2010, 292). A passagem está inserida na descrição da Batalha de Crête-à-Pierrot (1802), liderada por Jacques Dessalines contra as tropas do cunhado de Napoleão, o general Charles Leclerc. Mas “Toussaint chegou tarde demais ao forte” (James 2010, 292).

Interessa-nos a disjunção anacrônica de Toussaint, que se manifesta entre a política atrasada e os acontecimentos da Revolução. Essa dissociação pressiona a narrativa, construída sobre a metonímia de um herói que, ao tentar sustentar o peso da Revolução, sucumbe ao destino. Acompanhamos o desacerto do personagem com o mundo da experiência: esse mundo já se tornou insuperável, e alianças e reformismos estão fora de cena. É nesse ponto que James formula um diagnóstico preciso: “Seu desejo de evitar a destruição foi exatamente o que a causou. Esse é o erro recorrente dos moderados quando enfrentam a luta revolucionária” (James 2010, 273). A moderação, concebida

como estratégia de organização, opera como acelerador da ruína: “Toussaint, à medida que crescia o seu poder, ia se esquecendo disso. Ignorou os trabalhadores negros, confundiu-os no momento em que mais precisava deles, e desnortear as massas é desfechar o golpe mais mortal numa revolução” (James 2010, 262). Toussaint estava perdendo o vínculo com as massas negras – a base que havia tornado possível sua liderança – à medida que suas decisões se distanciavam das expectativas dessas massas, que esperavam o fim do sistema de plantação, a expulsão das tropas francesas, britânicas e espanholas e a instauração da liberdade radical. Entre os líderes, ele é o que mais pesa a tentativa de “conciliar” o colonial e o moderno – preservar a ordem produtiva herdada do sistema escravista, ao mesmo tempo em que afirma os ideais republicanos:

Toussaint tentava o impossível, aquele impossível que para ele era a única realidade que importava. As realidades, às quais o historiador está condenado, algumas vezes simplificarão as alternativas trágicas com as quais ele se defrontou. Mas as observações dos fatos e as conclusões exigidas por elas não devem obscurecer ou diminuir o verdadeiro caráter trágico do seu dilema, que é um dos mais extraordinários entre os registrados pela História (James 2010, 265).

Ao narrar o dilema de Toussaint, James coloca a Revolução Haitiana no centro da modernidade: num cenário em que o campo social é caracterizado por “um caos sem sentido” (James 2010, 16) que desarticula o tempo, abrindo espaço para experiências novas. A Revolução Haitiana foi um acontecimento subtraído das narrativas filosóficas e historiográficas que pretendiam compreender as revoluções modernas. Hannah Arendt (1988) trata das três grandes revoluções do mundo moderno: a norte-americana, baseada no princípio da liberdade, e a francesa e a russa, fundadas no princípio da necessidade. Para Arendt, “É crucial, portanto, para a compreensão das revoluções da Idade Moderna, que a ideia de liberdade e a experiência de um novo começo sejam coincidentes” (Arendt 1988, 23). No entanto, a revolução que encarnou de modo radical esse princípio – a Revolução Haitiana – permanece ausente de sua filosofia política. O silêncio de Arendt não constitui exceção. Do lado marxista, a Revolução Haitiana também permanece como incógnita na “era das revoluções” de Eric Hobsbawm (2006), eclipsada pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial. São omissões que não são casuais: como demonstra Michel-Rolph Trouillot (2016), elas revelam as disposições epistemológicas que governaram a imaginação histórico-filosófica do Ocidente, determinando o que pode ser reconhecido como evento revolucionário.

A conjuntura revolucionária exige decisões para o “caos sem sentido”. Toussaint e Hamlet não conseguiram consertar o tempo fora dos eixos. Em um dos trechos de *Hamlet*, é dito: “Meu cérebro não tinha nem composto um prólogo / E já entrou em cena” (Shakespeare 2015, 182), o que expressa o desacerto do personagem diante dos acontecimentos. É irônico como James se refere a seu personagem: um herói que está atrasado no momento crucial, que requer pontualidade – a capacidade de agir quando a história abre uma brecha. No teatro, Hamlet passa grande parte do enredo entre monólogos para planejar a vingança em nome de seu pai – vingança que assume o princípio da teatralização do assassinato dentro da peça. Fingindo-se de louco, ele é responsável por expor, de forma cênica, a verdade. Como Hamlet, Toussaint planeja nos bastidores enquanto a cena histórica avança sem ele – e é

precisamente essa defasagem entre o tempo do pensamento e o tempo da ação que torna sua posição irreversivelmente trágica. Não é possível cronometrar a intempestividade da história:

Toussaint está numa categoria menor. Seus esplêndidos poderes não crescem, mas declinam. Se anteriormente ele se distinguia acima de todos pela maneira com a qual julgava pronta e destemidamente aquilo que confrontava, agora o vemos julgando incorretamente os acontecimentos e as pessoas, vacilando em princípio e perdendo o respeito dos seus inimigos e a confiança dos que o apoiavam (James 2010, 266).

Ao inscrever seu personagem na galeria de heróis trágicos, de Prometeu a Ahab, é escrito: “Eles o fazem diante do iminente, ou até da destruição certa, e o seu desafio os impele a alturas que tornam a sua derrota um sacrifício que se adiciona à nossa concepção da grandeza humana” (James 2010, 266). Steiner (2006) define que o fim do personagem trágico está na morte, o que simula o evento-limite da crise social. Não há morte trágica sem alguma projeção sacrificial. O destino de Toussaint foi selado pela traição e pela manipulação da França por meio de Charles Leclerc. Sua crença na Europa tornou-se seu derradeiro martírio:

E Toussaint se rendeu. Eles o amarraram como um criminoso comum, prenderam seu ajudante de campo, sua esposa, seu filho e sua sobrinha, submetendo-os a toda sorte de humilhações. Arrombaram a sua casa, roubaram seu dinheiro, suas joias e os documentos de sua família e destruíram suas plantações. Enfiaram a família numa fragata que esperava no porto de Le Cap e embarcaram-na para a França (James 2010, 303).

Uma descrição pacata acompanha a prisão e deportação do líder mais temido entre os franceses. Toussaint compareceu à reunião armada para sua captura com o propósito de impedir a reabertura da guerra: “Toussaint havia lutado, depois se submetido e agora, como afirmava Leclerc, era culpado de traição” (James 2010, 304). Render-se era assumir responsabilidade pelos conflitos; não era um ato passivo. Toussaint ainda via na França o caminho para a liberdade de São Domingos. Essa leitura, no entanto, não era compartilhada pelos demais líderes. Para Dessalines, a rendição de Toussaint foi coerente com suas decisões de manter relações com a França: “Dessalines era igualmente sincero ao dizer que o Haiti só estaria em paz quando Toussaint fosse removido, só que a paz planejada por ele era a destruição de Leclerc e a expulsão de todos os franceses da ilha” (James 2010, 302). O destino de Toussaint cumpre-se, assim, num duplo movimento: era, ao mesmo tempo, a realização trágica de suas escolhas e o ponto de partida para que seus companheiros levassem adiante, pela via da guerra, a realização radical da liberdade.

A saída de cena de Toussaint abre espaço para a entrada dos demais agentes do processo. No enredo, sua prisão é representada de maneira ordinária, e os instantes finais de sua vida são descritos em um desfecho marcado por um profundo anticlímax:

Sua constituição forte, que havia suportado as privações e fadigas de dez anos terríveis, agora se encolhia diante do fogo de algumas achas de lenha, racionadas por ordem de Napoleão. O seu intelecto, até então desperto, sofria colapsos periódicos e entrava em coma por longas horas. Antes de chegar a primavera ele estava morrendo. Numa manhã de abril foi encontrado morto em sua cadeira (James 2010, 330-331).

Todo o mobiliário épico que envolvia o personagem declina, comprimido em uma cela precária e gélida, com breves instantes de fogo. O corpo do “centauro das savanas” (James 2010, 97) pendia debilitado. De acordo com James, o sacrifício é o dispositivo central da *persona trágica* em nome da grandeza humana. Para seu personagem, “nenhum sacrifício seria grande demais para fazer com que os franceses enxergassem a razão” (James 2010, 330). Contudo, sob a ótica dos franceses, Toussaint não se sacrificava por seus ideais, mas os profanava. Em *A Origem do drama trágico alemão*, Walter Benjamin apresentou algumas pistas sobre o ato sacrificial: “Mas o sacrifício trágico difere em seu objeto. (...) é ao mesmo tempo um sacrifício inaugural e terminal. Terminal, porque é uma expiação devida aos deuses, guardiães de um antigo direito; inaugural, porque é uma ação que anuncia novos conteúdos da vida popular” (Benjamin 1984 [1928], 129-130).

O sacrifício é caracterizado por duas pulsões: uma que encerra as ações do personagem trágico e outra que inaugura os conteúdos ocultos da comunidade. Com a morte do personagem trágico – “E o resto é só silêncio” (Shakespeare 2015, 193) – manifesta-se o “silêncio trágico” de que fala Benjamin: a inscrição sacrificial que distingue o herói e o separa dos vivos. Em Hamlet, o silêncio corresponde ao tempo terminal que antecede a morte. No prelúdio da morte de Toussaint, a estratégia do silêncio se repete: “Sobre o futuro de São Domingos ele se manteve em um silêncio inquebrantável” (James 2010, 330) e “A manutenção da liberdade para todos havia sido o trabalho de toda a sua vida, e aquelas palavras e o silêncio posterior eram intencionais” (James 2010, 330). Ao defini-lo como *intencional*, James sugere que o silêncio não apaga o esclarecimento de Toussaint: é sua última forma de expressão. Assim, a morte de Toussaint põe fim às suas ações, mas não ao dilema que emerge no conteúdo latente da revolução negra: “Toussaint havia morrido há apenas sete meses, mas a sua tarefa estava concluída. Com homens que tremiam de medo diante de qualquer valentão branco, em dez anos ele organizou um exército que nada ficava a dever aos melhores que a Europa já havia visto” (James 2010, 334).

Com a morte do personagem, entra em cena o coro dos escravizados. Para os próprios gregos, a tragédia não se encerrava com o sacrifício; havia continuidade social que transcende o indivíduo e se manifesta no coro (Vernant; Vidal-Naquet 2005). Contudo, o coro jamesiano não é simplesmente o coro grego ou o público elisabetano transposto para o contexto colonial. Para os gregos, o coro representa a voz da comunidade, que media o herói e o público cívico, funcionando como instância moral que comenta e lamenta sem intervir decisivamente. Em James, o coro vai assumir, concretamente, o lugar do herói. Após o sacrifício do herói, não se estabelece o equilíbrio da ordem social: o coro jamesiano entra como a força da supressão (*Aufhebung*) (Hegel 2014); a negação da liderança de Toussaint é a conservação do seu dilema (a disputa da liberdade), mas também sua elevação (as massas negras como sujeitos políticos e a guerra como solução). Embora o personagem magnetize as contradições do campo histórico, seu sacrifício não as unifica, e sim as amplia. James, ao revisitar a morte de Toussaint, enfatiza o coro: “E nem mesmo a imaginação mais fértil poderia ter vislumbrado a entrada do coro dos escravos como árbitros do seu próprio destino. A certeza de Toussaint de que essa seria a solução final e inevitável do problema ao qual ele se recusava a ficar limitado explica seus erros e os repara” (James 2010, 266).

Trata-se do último parágrafo da versão de 1963 – e sua posição não é casual. É precisamente nessa chave que o coro adquire seu peso político e dramático: ele não é a celebração do herói, mas sim a indicação de que a revolução excede qualquer figura individual. O dilema de Toussaint não se resolve – ele se amplia, e é essa extensão que a força do coro assume como tarefa histórica. Esse ponto se torna mais forte na passagem em que se destaca o atraso de Toussaint ao longo da Batalha de Crête-à-Pierrot: “Dessalines havia pronunciado a palavra independência. [Pierre] Magny, [Louis Daure] Lamartinière e a guarnição de Crête-à-Pierrot não haviam desafiado Leclerc e sim a França. Toussaint ainda pensava em termos do decreto de 4 de fevereiro de 1794. A revolução negra já o havia deixado para trás” (James 2010, 292).

A revolução negra já o havia deixado para trás: Toussaint permaneceu dessincronizado. Ele se ancorava no tempo *do Decreto de 4 de fevereiro de 1794*, que aboliu a escravidão nas colônias francesas, ou seja, a liberdade como concessão da França. Se Toussaint julgava os acontecimentos ainda pelo horizonte de 1794, o coro dos escravizados mirava a expectativa de 1804, da própria Revolução Haitiana. Essa relação entre o herói e o coro não é apenas dramaturgica. O coro dos escravizados não surge, após a queda do herói, como consolação catártica ou sublime: ele estava ali o tempo todo, como a força que a liderança de Toussaint mobilizou e suprimiu simultaneamente. Para o coro, o tempo fora dos eixos não era um jogo entre sincronia e dessincronia, e sim uma oportunidade de decidir. Quando o espírito da revolta transfigura o personagem, o princípio de liberdade e igualdade inunda São Domingos, sustentado por um desejo articulado no parâmetro nacional e no aparato constitucional voltado à independência: “O povo não queria o massacre: tudo o que desejava era a liberdade, e a independência parecia prometer essa liberdade” (James 2010, 338). O silêncio trágico de Toussaint reside no saber que ele reprimiu (a guerra) ao buscar outros caminhos – e que o coro, ao assumir a contingência histórica, supressumiu. Não há horizonte de liberdade política sem a experiência da tragédia, mas é nesse movimento de crise que a tragédia reencontra seu momento dialético: o sacrifício do herói não encerra o processo histórico; a entrada do coro atualiza sua liberação.

PALAVRAS FINAIS: DUAS REVOLUÇÕES, UM UNIVERSALISMO

A prisão de Toussaint não é um sinal do fracasso revolucionário, mas uma escolha contra e sobre as armações do destino, mesmo que tudo não tenha passado de uma cilada francesa. Em nome das Índias Ocidentais: “Toussaint, o primeiro e maior dos homens dessas Índias, pagou com a própria vida” (James 2010, 372). Vimos que o sacrifício configura o momento dialético de emergência do coro. Embora Aimé Césaire (1960), no seu livro sobre Toussaint, tenha elaborado melhor do que o próprio James a ideia do autossacrifício do líder haitiano, compreendendo esse ato político como o meio necessário de unificação do povo haitiano: “Toussaint era, portanto, um obstáculo. Desaparecer para unir. Desaparecer para reunir” (Césaire 2025 [1960], 232), unificação não quer dizer necessariamente a desativação dos conflitos, mas sua reorientação. E mesmo que esse espírito sacrificial encontre ecos na recente historiografia sobre a Revolução Haitiana e na crítica caribenha, notadamente em Nick Nesbitt (2013), o sacrifício como um vínculo de transição permanece abafado nos estudos sobre *Os jacobinos negros*. A transição refere-se a uma estratégia narrativa

de James; ao acompanhar a transição do personagem para o coro, observamos uma mudança nas figuras de linguagem do texto. Quando a narrativa busca, em Toussaint, seu *tropo* metonímico – a explicação do todo pela parte –, a história gravita em torno do herói. Com a entrada do coro, os escravizados passam a assumir o *tropo* metafórico: há uma transferência e escoamento de sentido que coloca a metáfora como força capaz de tensionar o vazio metonímico deixado pelo herói: “Toussaint morreu no dia 7 de abril de 1803 e Napoleão deve ter pensado que metade da batalha de São Domingos estava vencida. Contudo, durante as últimas horas de Toussaint, seus companheiros de armas, ignorando-lhe o destino, redigiam a Declaração da Independência” (James 2010, 331).

Se Toussaint foi capaz de organizar as massas negras para a Revolução, ele não proporcionou um desfecho. O coro dos escravizados é o nome que James atribuiu à luta pelo universalismo desobstruída pelo sacrifício e retomada pela comunidade haitiana. Temos uma perspectiva universalista radical, concreta, ampliada ou destotalizada pela Revolução Haitiana, frente à perspectiva universalista abstrata, unificada e totalizante (Grüner 2010), estabelecida na Revolução Francesa, pois “a liberdade e a igualdade que os negros aclamavam enquanto iam para a batalha tinham muito mais significado em suas bocas do que na dos franceses” (James 2010, 279). A dimensão do coro faz jus às preocupações de James com a dialética e a tragédia, que nunca abandonou a figura do coletivo como leitura da história. James relata, em *Preface to Criticism* (1955), ter assistido ao filme *Júlio César* (1953), “duas vezes em Nova York e meia dúzia de vezes em Londres, tanto no centro quanto nos subúrbios” (James 1992 [1955], 258), longa que começa pelos plebeus e depois adentra na disputa pelo Senado entre os magistrados. São os plebeus que fazem da revolta uma linguagem, e é esse movimento que *Os jacobinos negros* encena: a revolução (entendida como redescritção política do mundo) não se trata apenas da tomada do poder, mas da ocupação e do exercício da palavra.

O documento que sintetizou os universais da Revolução Francesa, *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), já circulava em São Domingos desde 1792, antes da Declaração de Sonthonax, em 1793 (Nesbitt 2008). Os escravizados não estavam representados na declaração; o vazio dela é o espaço em que eles intervieram. Se o jacobinismo francês não os integrou, por outro lado, o jacobinismo negro demonstrou que o universalismo não possui conteúdo próprio (Nesbitt 2008). As palavras da Revolução são flutuantes. Rinesi (2009) utilizou o termo “tragédia da linguagem” para se referir à Revolução, tragédia que opera no divórcio entre significado e referência. Nesse caso, o significado normativo-abstrato dos termos de ordem da declaração foi desordenado na referência concreta do dissenso negro:

Mas à noite eles ouviam os negros na fortaleza cantando “marselhesa”, a “ça Ira” e outras canções revolucionárias. Lacroix relatou que aqueles miseráveis extraviados estremeciam e olhavam para seus superiores quando ouviam as músicas, como se dissessem: Será que os nossos inimigos bárbaros têm a justiça do seu lado? Será que já não somos mais os soldados da República Francesa? E será que não tornamos meros instrumentos políticos? (James 2010, 289).

O coro dos escravizados cantou os hinos da Revolução Francesa, deslocando as palavras liberdade, igualdade e fraternidade, que representavam o universalismo, assumindo as consequências da luta pela vida ou pela morte (Hegel 2014). Mesmo assim, a performance vocal não é menos trágica. Para Nietzsche (1992), a essência da tragédia está na música; em James, a música vem da voz do impensável. Podemos supor que o canto advindo da boca dos escravizados foi confeccionado num francês trêmulo, sobreposto por uma língua da plantação – o crioulo, língua quebrada entre grito e ruído (Glissant 2021). Aí opera uma força de desidentificação dos universais e a contradição das palavras revolucionárias passa a ser elaborada pela “contra-dicção” da voz escravizada. Mais do que uma disputa fonética pelas palavras da revolução, o canto levantava a possibilidade de liberdade e igualdade – não como direito natural, nos termos do Iluminismo, mas como construção político-estética. É nesse gesto que *Os jacobinos negros* formulam sua tese mais duradoura: não há universalismo possível que não passe pela voz daqueles que foram sistematicamente excluídos de pronunciá-lo: “só existe universalidade da seguinte forma: quando, da clausura particular, a voz profunda grita” (Glissant 2021, 102). Os hinos cantados nas fortalezas de São Domingos não eram a mera mimetização dos ideais franceses; eram sua negação e sua reinvenção simultâneas, o momento em que os escravizados tomaram as palavras da modernidade (que supostamente não lhes pertenciam) e as devolveram deglutidas ao mundo.

Espero ter contribuído para uma análise narrativa das questões hamletianas na refiguração de Toussaint. Para além do personagem como um moderno, situado entre pensamento e ação diante da antinomia entre República e plantação, conforme a leitura de David Scott. Busquei articular outros elementos: o atraso, o silêncio e o sacrifício. De certa forma, minha leitura difere da de Scott quanto à possibilidade de pensar o texto jamesiano após a tragédia. O “após” está na dialética como eixo rearticulador, questão frequentemente deixada em suspenso na bibliografia sobre *Os jacobinos negros*, abrindo, assim, uma relação entre o momento trágico e o momento dialético, que culmina na análise de uma figura pouco explorada: o coro dos escravizados, que oferece outra forma de elaborar o conflito.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Editora Ática/Brasília: Editora UnB, 1988 [1963].
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1928].
- BORDA, Erik Wellington Barbosa. De Matthew Bondman a Toussaint Louverture: uma janela para Os Jacobinos Negros de CLR James. *Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*, n. 16, 2021.
- BRADLEY, Andrew Cecil. *A tragédia shakespeariana: Hamlet, Othello, Rei Lear e Macbeth*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1904].
- CÉSAIRE, Aimé. *Toussaint Louverture: The French Revolution and the Colonial Problem*. Cambridge: Polity Press, 2025 [1960].
- DOUGLAS, Rachel. *Making The Black Jacobins: C. L. R. James and the drama of history*. Durham: Duke University Press, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Aulas sobre a vontade de saber*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- GLICK, Matthew Jeremy. *The Black Radical Tragic: performance, aesthetics, and the unfinished Haitian revolution*. New York: New York University Press, 2016.
- GLISSANT, Édouard. *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295–302, abr. 2004.
- GRÜNER, Eduardo. *El fin de las pequeñas historias: de los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- GRÜNER, Eduardo. *La oscuridad y las luces: capitalismo, cultura y revolución*. Buenos Aires: Edhasa, 2010.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. Dialectical Materialism and the Fate of Humanity. In: GRIMSHAW, Anna (org.). *C. L. R. James Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992 [1947]. p. 153-181.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Lectures of The Black Jacobins*. Small Axe, n. 8, set. 2000, p. 65-112.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. Letters to Literary Critics. In: GRIMSHAW, Anna (org.). *C. L. R. James Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992 [1953a]. p. 220-242.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. Notes on Hamlet. In: GRIMSHAW, Anna (org.). *C. L. R. James Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992 [1953b]. p. 233–248.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1938, 1963].
- JAMES, Cyril Lionel Robert. Preface to Criticism. In: GRIMSHAW, Anna (org.). *C. L. R. James Reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992 [1955]. p. 225–232.
- KOTT, Jan. *Shakespeare nosso contemporâneo*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1961].
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. O anticolonialismo como tragédia: “Os jacobinos negros” entre a História e a política. *Cadernos de História*, v. 19, n. 30, p. 95-122, 2018.
- MONTAÑEZ PICO, Daniel. The independent marxism of CLR James. *Nómadias*, n. 48, p. 151-166, 2018.
- NESBITT, F. Nick Thompson. *Caribbean Critique: Antillean Critical Theory from Toussaint to Glissant*. Liverpool: Liverpool University Press, 2013.

- NESBITT, F. Nick Thompson. *Universal emancipation: The Haitian revolution and the radical enlightenment*. University of Virginia Press, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou belenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NUSSBAUM, Martha. *A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- RINESI, Eduardo. *Política e tragédia: Hamlet, entre Hobbes e Maquiavel*. Rio de Janeiro: Edições Azougue, 2009.
- SCHUALTZ, Juliano Lima. *Formação e conflito: ensaio sobre o romanesco, o trágico e o filosófico em Os jacobinos negros (1938/1963)*, de C. L. R. James. 2025. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2025.
- SCOTT, David. *Conscripts of modernity: the tragedy of colonial enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004.
- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2015.
- STEINER, George. *A morte da tragédia*. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1961].
- TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte/Veneza: Âyiné, 2018.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.
- VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2019 [1973].

Momento Shakespeareano da Escrita da História: o Hamlet Negro, de C. L. R. James
 Artigo recebido em 06/09/2025 • Aceito em 06/04/2026
 DOI | 10.5216/rth.v29i1.83723
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado